



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h30min**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 5º PERÍODO - DATA: 17/04/2019

## **GABARITO RASCUNHO**

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Disciplina: Direito Processual Civil I  
Professora: Laurinéia Borges Souza Silva

### Questão 01

Sobre a competência do Poder Judiciário brasileiro, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- ( ) A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.
- ( ) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- ( ) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.
- ( ) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F – F – V – F.
- b) V – F – V – F.
- c) V – V – V – V.
- d) F – V – F – V.

### Questão 02

Sobre a competência, é **correto** afirmar.

- a) Para as ações fundadas em direito pessoal sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.
- b) A ação fundada em direito pessoal sobre bens móveis será proposta no foro de situação da coisa.
- c) A ação possessória imobiliária poderá ser proposta no foro de situação da coisa ou no domicílio do réu.
- d) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.

### Questão 03

São de jurisdição exclusiva da autoridade judiciária brasileira as ações:

- a) de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- b) relativas a imóveis situados no Brasil.
- c) de alimentos, quando o alimentando tiver domicílio no Brasil.
- d) em que a obrigação tiver que ser cumprida no Brasil.

### Questão 04

Analise os enunciados a seguir, relativos à competência:

- I. Argui-se exclusivamente, por meio de petição de exceção, a incompetência relativa.
- II. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- III. Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
- IV. Acolhida a alegação de incompetência absoluta, que se refere à matéria, à função e à pessoa, o processo será extinto sem resolução do mérito, interrompida porém a prescrição.
- V. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II, III e V.

- b) I, III, IV e V.
- c) I, II e IV.
- d) II, IV e V.

#### Questão 05

A respeito dos critérios para a modificação da competência do juízo cível, é correto afirmar que

- a) a competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- b) reputam-se continentes 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- c) antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.
- d) se dá a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

#### Questão 06

A homologação da sentença estrangeira, compete ao:

- a) Superior Tribunal de Justiça
- b) Justiça Federal
- c) Supremo Tribunal Federal
- d) Justiça estadual

Disciplina: Direito Civil – Dos Contratos I

Professora: Ma. Ana Carla Sanches

#### Questão 07

Os princípios fundamentais que regem os contratos deslocaram seu eixo do dogma da vontade e do seu corolário da obrigatoriedade, para considerar que a eficácia dos contratos decorre da lei, a qual os sanciona porque são úteis, com a condição de serem justos. Nessa ótica, continua-se a visualizar o contrato como uma oportunidade para o cidadão, atuando no âmbito da autonomia privada, dispor sobre os seus interesses, de acordo com a sua vontade; mas essa manifestação de vontade não pode só por isso prevalecer, se dela resulta iniquidade e injustiça. O primado não é da vontade, é da justiça, mesmo porque o poder da vontade de uns é maior do que o de outros.

REsp 45666/SP, Rel. Ministro Barros Monteiro, STJ/4.ª Turma, julgado em 17/5/1994. Diário da Justiça, 5/9/1994, p. 23.110 (com adaptações).



QuestoesdeCONCURSOS.com.br

Em relação ao posicionamento doutrinário e jurisprudencial acerca dos contratos, sob a ótica do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da função social do contrato limita-se a regulamentar os efeitos do contrato perante a sociedade, tendo eficácia externa.
- b) Conforme dispõe a norma civil, o princípio da boa-fé incidirá no contrato, de forma restrita, sobre as fases de cumprimento e após a conclusão.
- c) O princípio da liberdade de contratar é limitado pela função social e também pelos princípios da lealdade e da moralidade.
- d) Há possibilidade de resolução judicial do contrato, sem a possibilidade de se pleitear a revisão, nos casos de onerosidade excessiva superveniente.

### Questão 08

O significado do princípio da relatividade dos efeitos do contrato é

- a) a ideia de que os efeitos do contrato só se produzem em relação às partes que manifestaram a sua vontade, vinculando-os ao seu conteúdo, não afetando terceiros nem seu patrimônio.
- b) o que afirma ser necessária a entrega efetiva da coisa, em certas situações, para que o contrato produza seus efeitos jurídicos.
- c) o princípio pelo qual se veda a existência de cláusulas abusivas no contrato, por serem relativos os direitos de cada contratante.
- d) o que afirma bastar, para o aperfeiçoamento do contrato, o acordo de vontades, contrapondo-se ao formalismo para gerar seus efeitos.

### Questão 09

Se a proposta contiver prazo para a resposta e esta, embora expedida dentro do prazo, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, o contrato:

- a) Não se forma, mesmo que o polícitante não dê conhecimento ao oblato de que não houve o aperfeiçoamento do contrato;
- b) Se forma, arcando o proponente com perdas e danos, caso não comunique o ocorrido ao aceitante;
- c) Se forma, devido à teoria acolhida pelo Código Civil no artigo 434;
- d) Se forma, arcando o responsável pelo atraso com perdas e danos.

### Questão 10

É certo afirmar:

- I. São onerosos os contratos em que um dos contraentes obtém proveito, o qual corresponde à um sacrifício.
- II. Os contratos coligados também são chamados de “união de contratos”, mas não surge a unidade em uma única figura, ou seja, em um único instrumento, permanecendo autônomos quanto aos seus efeitos, mas com dependência recíproca.
- III. O contrato comutativo pode ser definido como aquele no qual uma ou ambas as prestações apresentam-se incertas, porquanto a sua quantidade ou extensão fica na dependência de um fato futuro e imprevisível, o que torna viável venha ocorrer uma perda, ou um lucro para uma das partes.
- IV. O contrato misto resulta da combinação de elementos de diferentes contratos, formando nova espécie contratual não esquematizada na lei.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.

### Questão 11

Considere as seguintes assertivas com relação ao Contrato com Pessoa a Declarar:

- I. A indicação da pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato deve ser comunicada à outra parte no prazo de trinta dias da conclusão do contrato, se outro não tiver sido estipulado.
- II. A pessoa, nomeada para adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato, adquire-os a partir do momento em que este foi celebrado.
- III. Se a pessoa nomeada para adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato era incapaz ou insolvente no momento da nomeação, o contrato produzirá seus efeitos entre os contratantes originários.

**De acordo com o Código Civil brasileiro, é correto APENAS o que consta em**

- a) I e II.

- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

### Questão 12

Breno celebrou contrato por instrumento particular com Vitor, por meio do qual aquele prometera que seu irmão, Bruno, famoso cantor sertanejo, concederia uma entrevista exclusiva ao programa de rádio apresentado por Vitor, no próximo sábado. Em contrapartida, caberia a Vitor efetuar o pagamento a Breno de certa soma em dinheiro. Todavia, chegada a hora do programa, Bruno, o cantor sertanejo, não compareceu à rádio.

Dias depois, Breno procurou Vitor, a fim de cobrar a quantia contratualmente prevista, ao argumento de que, embora não tenha obtido êxito, envidara todos os esforços no sentido de convencer o seu irmão a comparecer.

#### **A respeito da situação narrada, é correto afirmar que Vitor:**

- a) não está obrigado a efetuar o pagamento a Breno, pois a obrigação por este assumida é de resultado, sendo, ainda, autorizado a Vitor obter ressarcimento por perdas e danos de Breno.
- b) não está obrigado a efetuar o pagamento a Breno, por ser o contrato nulo, tendo em vista que Bruno não é parte contratante.
- c) está obrigado a efetuar o pagamento a Breno, pois a obrigação por este assumida é de meio, restando a Vitor o direito de cobrar perdas e danos diretamente de Bruno.
- d) está obrigado a efetuar o pagamento a Breno, pois a obrigação por este assumida é de meio, sendo incabível a cobrança de perdas e danos de Bruno

Disciplina: Direito Empresarial I Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho
--

### Questão 13

Roberto desligou-se de seu emprego e decidiu investir na construção de uma hospedagem do tipo pousada no terreno que possuía em Matinhos. Roberto contratou um arquiteto para mobiliar a pousada, fez cursos de hotelaria e, com os ensinamentos recebidos, contratou empregados e os treinou. Ele também contratou um desenvolvedor de sites de Internet e um profissional de marketing para divulgar sua pousada. Desde então, Roberto dedica-se exclusivamente à pousada, e os resultados são promissores. A pousada está sempre cheia de hóspedes, renovando suas estratégias de fidelização; em breve, será ampliada em sua capacidade. Considerando a descrição da atividade econômica explorada por Roberto, assinale a afirmativa correta.

- a) A atividade não pode ser considerada empresa em razão da falta tanto de profissionalismo de seu titular quanto de produção de bens.
- b) A atividade não pode ser considerada empresa em razão de a prestação de serviços não ser um ato de empresa.
- c) A atividade pode ser considerada empresa, mas seu titular somente será empresário a partir do registro na Junta Comercial.
- d) A atividade pode ser considerada empresa e seu titular, empresário, independentemente de registro na Junta Comercial.

#### Questão 14

Marina é dona de um laboratório especializado em exames patológicos, que realiza a pedido de médicos e hospitais. Fábio é agricultor, com atividade voltada à montagem de cestas de legumes e verduras orgânicas, a serem vendidas em feiras e supermercados. Quanto a essas atividades,

- a) são ambas empresariais, pois Marina exerce profissão de natureza científica, mas visando ao lucro e constituindo elemento de empresa, enquanto Fábio exerce atividade econômica organizada, para a produção e circulação de bens.
- b) são ambas empresariais, pois Marina exerce profissão de natureza científica, mas visando ao lucro e constituindo elemento de empresa, enquanto Fábio exerce atividade econômica organizada, para a produção e circulação de bens.
- c) somente a conduta de Fábio é empresarial, já que se trata de atividade econômica organizada para a produção de bens, enquanto a atividade de Marina é científica, que não se considera empresarial.
- d) nenhuma delas é empresarial, já que a atividade de Marina é científica, que não se considera empresarial, e a de Fábio é meramente agrária, também não caracterizada como tal.

#### Questão 15

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

Constituem infração a ordem econômica, conforme a Lei n. 12.529/11 (que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica), independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:

I - Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.

II - Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.

III - Impedir o acesso de concorrente às fontes de insumo, matérias-primas, equipamentos ou tecnologia, bem como, aos canais de distribuição.

IV - Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

#### Questão 16

O empresário A, administrador da empresa Z, contratou o contador B para realizar uma perícia na contabilidade de sua empresa, buscando certificar a existência de comprovação fidedigna para os registros contábeis de determinado período. O perito apontou em seu laudo 2 (dois) lançamentos desprovidos de origem, que produziram significativa redução no resultado da empresa com impacto no caixa. O contador X, empregado e responsável técnico pela escrituração da empresa, explicou que os tais registros foram efetuados por determinação expressa recebida do empresário A.

Analise a situação hipotética acima, à luz da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), e em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) Constatada a irregularidade, o contador X está isento de qualquer responsabilidade porque, na qualidade de empregado, apenas cumpriu determinação expressa de seu empregador.
- b) Constatada a irregularidade, o empresário A está isento de responsabilidade perante terceiros porque esperava que qualquer determinação equivocada deveria ser rejeitada pelo contador.
- c) O empresário A e o contador X são responsáveis perante terceiros.

d) O empresário A é o único responsável pelos atos e pelos registros da empresa perante terceiros, pois partiu dele a determinação.

Disciplina: Direito Constitucional II Professor: Me. Mário César Martins de Miranda
--

### Questão 17

Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.
- b) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida, previamente, a devida autorização do órgão competente.
- d) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

### Questão 18

A Constituição Federal protege a casa do indivíduo, considerando-a asilo inviolável, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador. Tal afirmação está:

- a) totalmente correta
- b) parcialmente correta, visto que a própria Constituição Federal prevê as seguintes exceções a essa regra: hipóteses de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial
- c) parcialmente correta, visto que a própria Constituição Federal prevê as seguintes exceções a essa regra: hipóteses de flagrante relacionado a crime hediondo ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- d) parcialmente correta, visto que a própria Constituição Federal prevê as seguintes exceções a essa regra: hipóteses de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, inclusive durante a noite, por determinação judicial.

### Questão 19

Sobre os direitos e garantias fundamentais na Constituição brasileira de 1988 é correto afirmar:

- a) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial e para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior pelo uso e eventual dano.
- c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- d) São gratuitos, para os brasileiros, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

### Questão 20

Os direitos e as garantias fundamentais constituem a base de um Estado de Direito. São eles inalienáveis e imprescindíveis à própria condição humana, devendo respeitá-los não só o Estado, mas também os particulares, como se vem reconhecendo jurisprudencialmente. Como legitimados ativos, também é amplo o rol de seus beneficiários: além das pessoas físicas nacionais, também o são as pessoas jurídicas e, no que couber, mesmo os estrangeiros (não-nacionais). Acerca do disciplinamento

dos direitos e das garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Não tendo os direitos fundamentais caráter absoluto, pode o Estado, em face da limitação ao direito de expressão e da prerrogativa de fiscalização das concessões públicas, desde que sob a forma legislativa, determinar cortes nas programações televisivas que atentem, notoriamente, contra o interesse da infância e da juventude.
- b) Em face da indisponibilidade dos direitos fundamentais, não é possível um particular, por exemplo, dar entrevista pública acerca de dados de sua intimidade para divulgação pública.
- c) A inviolabilidade de domicílio é um conceito amplo: não se limita aos lugares de habitação coletiva ou temporária, abrange até mesmo um barco, ou mesmo um quarto de motel; não contempla, somente, locais em que é franqueado acesso ao público em geral, como um restaurante.
- d) Decorrente da amplitude do direito fundamental à necessária licitude nos processos, judiciais ou administrativos, a simples existência de qualquer prova ilícita nos autos é suficiente para anular o procedimento.

### **Questão 21**

Sobre liberdade de reunião, é INCORRETO dizer:

- a) é a permissão constitucional para um agrupamento transitório de pessoas com o objetivo de trocar ideias para o alcance de um fim comum.
- b) a diferença é que, na reunião, não existe um vínculo jurídico entre as pessoas reunidas, diferentemente da associação.
- c) não pode ser uma reunião que tenha por objetivo fins ilícitos.
- d) é necessária a autorização prévia do Poder Público para que se realize a reunião.

### **Questão 22**

Quanto aos direitos individuais previstos no artigo 5º. da Constituição Federal, pode-se destacar que:

- I - Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- II - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- III - São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- IV - Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- V - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.

Diante das proposições supra assinale:

- a) A assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- c) A assertiva III está incorreta e as demais estão corretas.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e V.

Disciplina: Direito Tributário  
Professora: Leilane Paula Camargos

### Questão 23

A respeito das taxas responda:



- O Fato gerador de uma Taxa decorre da uma prestação de serviços públicos, prestados ao contribuinte ou postos ao seu dispor e do exercício regular do poder de polícia.
- O Fato gerador de uma taxa é a valorização de imóvel privado que acontece pela realização de obra pública.
- A taxa é um tributo não vinculado a nenhuma atividade estatal.
- A Taxa é um tributo restituível.

### Questão 24

Se a União resolvesse instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas:

- Poderia instituir para cobrança imediata
- Poderia criar através de Lei Ordinária ou Medida Provisória.
- Só poderia criar através de Lei Complementar mas poderia cobrar imediatamente.
- Só poderia criar através de Lei Complementar e deveria respeitar os princípios da Anterioridade do Exercício e da Anterioridade nonagesimal.

### Questão 25

Se a União precisasse aumentar a alíquota do Imposto de Importação e do Imposto sobre produtos Industrializados:

- Poderia aumentar por Medida Provisória e poderia cobrar imediatamente
- Poderia aumentar apenas o Imposto de Importação por medida provisória. Para o IPI precisa de Lei Ordinária.

- c) Pode ser aumentado por decreto do chefe do Executivo. A alíquota majorada do Imposto de Importação poderia ser cobrada imediatamente. Já a alíquota majorada do IPI deverá esperar 90 dias para cobrança.
- d) Não podem ser criados por Decreto nem poderão ser cobrados imediatamente. Devem respeitar a Anterioridade Nonagesimal e a Anterioridade do Exercício.

### Questão 26

Um contribuinte comercializou mercadorias em junho de 2017. Na época o ICMS era de 18% e a multa tributária de 75%. Em janeiro de 2019 entrou em vigor uma lei que diminuiu a alíquota do ICMS para 17% e a alíquota da multa para 50%. O ICMS desse contribuinte não foi pago. Ele recebe um auto de infração em 04/2019 com os valores de ICMS de 18% e com multa de 75%. Qual deveria ser as alíquotas?

- a) ICMS 18%, multa 75%
- b) ICMS 17%, multa 50%
- c) ICMS 17%, multa 75%
- d) ICMS 18%, multa 50%

### Questão 27

A respeito da imunidade de templos sobre qualquer culto assinale a correta

- a) Os cemitérios das igrejas não são abrangidos pela imunidade
- b) Se o imóvel da entidade religiosa for alugado a terceiros e o fruto do aluguel se reverter às finalidades da instituição, o imóvel continua imune aos impostos.
- c) Por extensão, a maçonaria tem a imunidade de templos sobre qualquer culto
- d) Todos os terrenos das entidades religiosas, desde que provado que seus frutos se reverterem para as finalidades essenciais da instituição, são imunes aos Tributos.

### Questão 28

Sobre as imunidades genéricas:

- a) A imunidade do Cultural, também conhecida como imunidade do Livro é uma imunidade subjetiva, e a Imunidade Reciproca é uma imunidade objetiva.
- b) As imunidades das entidades de assistência social não são condicionadas.
- c) Apenas o papel é imune de impostos, não abarcando outros insumos como tinta, maquinários e cola.
- d) A imunidade sobre fonogramas e videofonogramas se aplica a todas as etapas de produção, inclusive na replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial I Professora: Juliana Murcia Soler
--

### Questão 29

João, penalmente responsável, convenceu Patrícia, adolescente de 13 anos, a satisfazer seu desejo sexual, consistente em prática de atos libidinosos diversos de conjunção carnal. Algumas horas após o acontecido Patrícia relata os fatos aos seus pais, que de imediato se deslocam até a autoridade policial. Perante a autoridade policial Patrícia relata novamente os fatos. A conduta de João configura o crime de:

- a) Estupro

- b) Estupro de vulnerável
- c) Mediação para a satisfação da lascívia de outrem
- d) Assédio sexual

**Questão 30**

X, casado civilmente com Y, residem em Santa Maria, onde contraíram o matrimônio, X resolve abandonar o lar conjugal, e passa a coabitar com Z na cidade de Touro, após dois anos de coabitação, Z manifesta o desejo de contrair matrimônio com X, o qual nunca revelou a Z, que era casado com Y. Para não decepcionar Z, X contrai matrimônio com este. Sendo que o fato chegou ao conhecimento de Y, a qual procura a autoridade policial e denuncia X. A conduta praticada por X, configura crime de:

- a) Bigamia
- b) Induzimento a erro essencial
- c) ocultação de impedimento
- d) conhecimento prévio de impedimento

**Questão 31**

Tereza, residente na cidade de São Paulo diariamente utiliza-se do transporte “metrô” para se deslocar até o trabalho, sendo que todo o percurso demora em torno de uma hora, sendo que em janeiro de 2019, ao realizar o trajeto diário, Tereza foi vítima de Tenório, o qual visando satisfazer a lascívia própria, ejaculou nas pernas desta, que se encontrava de costas para ele no transporte, sem qualquer consentimento e anuência. A conduta de Tenório será:

- a) Atípica, por não qualquer previsão legal de tipificação.
- b) Típica, configura contravenção penal.
- c) Típica, configura o crime de assédio sexual.
- d) Típica, configura o crime de importunação sexual.

**Questão 32**

Joana, é secretária na empresa XX, de propriedade de Marcos, o qual sempre galanteou Joana, Marcos durante o expediente sempre de forma indireta revela a Joana seu desejo sexual por esta, Joana se esquiva de Marcos, tentando ignorar as supostas brincadeiras de Marcos. Em determinada data, Marcos solicita a presença de Joana em sua sala, na oportunidade Marcos mais uma vez tenta galantear Joana a qual recusa qualquer proximidade. Marcos tomado por seu desejo sexual, se vale de um objeto cortante faca em sua gaveta, e constrange mediante grave ameaça Joana a manter com ele conjunção carnal. A conduta de Marcos configura o crime de:

- a) Assédio sexual
- b) Importunação sexual
- c) Violação sexual mediante fraude
- d) Estupro